

## DE ATA DE REUNIÃO

### CONSELHO GERAL

N.º 11/2023

Aos doze dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, na sala de reuniões dos Serviços Centrais do IPSantarém e, em simultâneo, em videoconferência, através da Plataforma Zoom, teve início a reunião do Conselho Geral do IPSantarém, com a seguinte **Ordem de Trabalhos (OT)**:

1. Informações;
2. Aprovação de Atas de reuniões anteriores;
3. Apreciação e aprovação do Plano Estratégico 2030;
4. Outros assuntos.

Estiveram **presentes** os seguintes 13 membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. Hermínio Martinho, Presidente do Conselho
2. Nuno Jorge, *online*
3. Cristina Novo
4. António Vicente
5. Teresa Coelho, *online*
6. Pedro Sequeira, *online*
7. Marília Henriques, *online*
8. Maria Regina Ferreira, Secretária do Conselho
9. João Nascimento, *online*
10. Paulo Rosa, *online*
11. Leonor Teixeira, *online*
12. Maria do Céu Martins
13. Nuno Russo, *online*

Estiveram **ausentes** os seguintes 8 membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. António Morão Lourenço
2. José Carlos Dias
3. Maria Beatriz Claudino
4. Miguel Alexandre Ferreira
5. Maria do Céu Roldão, que justificou ausência
6. Miguel Castanho, que justificou ausência
7. Pedro Ribeiro
8. Vânia Neto, que justificou a ausência à posteriori

Esteve **presente** o seguinte membro conselheiro, sem direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. João Moutão, Presidente do Instituto

Foram ainda convidados a estarem **presentes**, dado o papel relevante que tiveram na definição do Plano Estratégico 2030 do Instituto:

1. Sónia Seixas, Vice-presidente do Instituto
2. Hélder Pereira, Vice-presidente do Instituto
3. Teresa Serrano, Pró-presidente do Instituto

Esteve ainda **presente**, para efeitos de apoio administrativo à elaboração da ata, a secretária da Presidência, Manuela Rosário.

Depois de verificado o quórum, o Presidente do Conselho deu início à reunião, apresentando a Ordem de Trabalhos.

### **1. Informações**

Passou, de seguida, a palavra ao Presidente do Instituto, para cumprimento do ponto 1, Informações.

#### **João Moutão**

- Deu conta da sessão solene de aniversário do Instituto, no dia 5 de junho, que correu muito bem.

- 
- Deu conta da eleição da Diretora da ESAS, Margarida Oliveira, e da tomada de posse, que se realizará no dia 13 de junho, na ESAS.

#### Nuno Jorge

- Indagou sobre o início da consulta pública dos Estatutos aprovados na última reunião. O Presidente do Instituto informou que logo que esteja compilado todo o documento.
- Voltou a questionar o Presidente do Conselho sobre o levantamento da assiduidade dos conselheiros. O Presidente do Conselho respondeu que o levantamento estava feito e que seria analisado para conclusões.
- Questionou também o Presidente do Instituto sobre a metodologia usada para a elaboração do despacho de abertura dos concursos para professor coordenador principal e professor coordenador.

O Presidente do Instituto referiu que foi conforme estipulado no DL n.º 112/2021, de 14 de dezembro. São os CTC que indicam as áreas onde é necessário abrir os concursos. Houve uma janela de oportunidade e abriram-se os referidos concursos dada a falta desta categoria de professores nas escolas.

Nuno Jorge concluiu que na ESGTS a definição das áreas de abertura desses concursos não resultou da auscultação ao CTC; foi feita apenas pela Direção da Escola, sem se saber com que critérios. Na sua opinião, a estratégia seguida pela Direção da Escola na escolha das áreas não terá sido a mais justa, já que foram escolhidas apenas áreas fundamentais dos ciclos de estudo da Escola, quando há docentes noutras áreas com expectativas e possibilidade de progredirem na carreira.

#### Pedro Sequeira

- Referiu o timing em que os Estatutos vão ser colocados em consulta pública, que será no período em que a comunidade académica já não estará tão ativa. Na sua opinião e uma vez que já houve derrapagem nos prazos, então que se faça no início de setembro. De outro modo, poder-se-á ficar com a ideia, errada, de que se quer impor os Estatutos agora aprovados pelo Conselho, sem a devida participação da comunidade.

#### Leonor Teixeira

- A propósito da questão dos concursos para professor coordenador, referiu que na ESES procurou não se envolver os candidatos a professor coordenador, já que o concurso lhe era dirigido. E, na sua opinião, deve apostar-se em áreas onde faltam docentes.
- Relativamente às atas, referiu que foram enviadas muito tarde e que não teve tempo de ler devidamente. Do que leu, acha que têm lacunas, sobretudo nas votações, em que não aparecem, sobretudo as abstenções.

#### Cristina Novo

- Questionou sobre o ponto de situação da eleição dos estudantes para o Conselho Geral.

---

O Presidente referiu que o processo estava a decorrer e que tinha sido apresentada uma lista. Referiu ainda que o processo pode ser consultado e acompanhado na página do Instituto.

## **2. Aprovação de Atas de reuniões anteriores**

Não havendo mais informações a dar ou a receber, por qualquer dos conselheiros, o Presidente do Conselho passou ao ponto 2 da OT. Entendeu a pertinência de observações feitas a este respeito, e fez um ponto de situação das atas em falta:

- Está por aprovar a ata n.º 2/2023, da reunião do dia 30 de janeiro, ainda secretariada com a ajuda da Dra. Feliciano Cardoso.
- Estão aprovadas as atas n.º 1/2023 e n.º 3/2023, das reuniões do dia 16 de janeiro e do dia 27 de fevereiro, respetivamente.
- Está para aprovação a ata n.º 4/2023, da reunião do dia 13 de março.
- Está feita e para assinar a ata n.º 5/2023, da reunião do dia 27 de março, em que não houve quórum sendo, portanto, uma ata sem intervenção dos conselheiros, e, consequentemente, uma ata que não necessita de ser aprovada.
- Está para aprovação a ata n.º 6/2023, da reunião do dia 3 de abril.
- Está feita e para assinar a ata n.º 7/2023, da reunião do dia 17 de abril, em que não houve quórum sendo, portanto, uma ata sem intervenção dos conselheiros, e, consequentemente, uma ata que não necessita de ser aprovada.
- Está por aprovar a ata n.º 8/2023, da reunião do dia 8 de maio.
- Está feita e para assinar a ata n.º 9/2023, da reunião do dia 22 de maio, em que não houve quórum sendo, portanto, uma ata sem intervenção dos conselheiros, e, consequentemente, uma ata que não necessita de ser aprovada.
- Está por aprovar a ata n.º 10/2023, da reunião do dia 23 de maio.

Acrescentou depois que, infelizmente se verificou, entretanto, a ausência da conselheira Maria Regina Ferreira, secretária do Conselho, o que levou ao atraso da verificação das atas, e posterior envio aos conselheiros, para aprovação.

### **Nuno Jorge**

- Agradeceu os esclarecimentos. Referiu que não se sente desconfortável para aprovar as duas atas. Referiu pequena gralha na ata 6, de 3 de abril (página 6/7, 5.º parágrafo, 2ª linha) por repetição da palavra aprovada. Referiu que, dada a distância temporal, não seria possível fazer a discriminação dos votantes, mas que concorda com as referências relativas às votações constantes das atas. Refere que aprova as duas atas.

---

Teresa Coelho

- Concorda com a metodologia de referência individual dos votantes e do seu sentido de voto. Referiu que não encontrou aspetos de fundo que a façam não votar favoravelmente.

João Nascimento

- Referiu que as reuniões dos órgãos são atos públicos e na sua opinião deve ficar registado o voto individual e o sentido do voto. Voltou a sugerir, o que já fizera anteriormente, uma folha para registo das votações, com chamada individual dos votantes para registo do seu sentido de voto. Também não concordou com o facto de primeiro se ter distribuído uma versão da ata n.º 4 em que eram discriminados os votantes, e depois se ter recolhido essa versão e distribuído outra, em que a votação é referida no seu todo – maioria, unanimidade.

Pedro Sequeira

- Referiu que também não teve tempo de ler devidamente as atas, dado o envio tardio. Prefere que sejam enviadas com a antecedência necessária para a leitura adequada. Também concorda com a discriminação dos votantes e seu sentido de voto. No entanto, entende o atraso na elaboração das atas. No seu entender as atas colocadas à votação estão em condições de serem aprovadas.

Leonor Teixeira

- Referiu que o que disse não é uma crítica e respeita o trabalho feito, mas voltou a dizer que tem dúvidas nas votações, sobretudo na indicação das abstenções. A este propósito referiu que deve haver homogeneização de critérios: ou colocar sempre e discriminadamente os votantes, ou colocar sempre genericamente. Refere que concorda com a discriminação de quem vota e seu sentido de voto.
- Pediu igualmente que na ata 6, fosse retirada a frase “A conselheira Leonor Teixeira referiu que, ainda que a 2ª feira tivesse sido o dia em que a maioria dos membros tinha disponibilidade, isso não acontecia com todos e o seu era um desses casos. Mas sempre que consegue, está presente.”, do último parágrafo da página 2.

Marília Henriques

- Pensa que refletem o que se passou nas reuniões e está em condições de aprovar as duas atas.

Céu Martins

- Referiu que na ata 4 alguns comentários necessitam de contextualização, pois sem ela, quem lê pode ter um entendimento diferente.

Maria Regina Ferreira

- No final das intervenções dos conselheiros que entenderam fazê-lo, a secretária do Conselho interveio para referir que a ata n.º 4/2023 já tinha sido enviada anteriormente.

---

Aquando do seu envio nenhum conselheiro se manifestou e, na reunião em que era suposto ser aprovada, como não constava da OT passou-se logo à discussão dos Estatutos.

Tecidas estas considerações, o Presidente do Conselho colocou à votação as duas atas, a n.º4/2023 e a n.º 6/2023, que foram aprovadas, com a introdução das alterações solicitadas, por unanimidade dos conselheiros presentes nesta reunião e que estiveram nas reuniões referidas, de 13 de março e de 3 de abril.

### **3. Apreciação e aprovação do Plano Estratégico 2030**

Terminado o ponto 2 da ordem de trabalhos, passou-se ao ponto 3. O Presidente do Conselho agradeceu a presença dos Vice-presidentes, Sónia Seixas e Hélder Pereira, e da Pró-presidente para a Gestão e Garantia da Qualidade, Teresa Serrano, tendo depois passado a palavra ao Presidente do Instituto, para apresentação do Plano Estratégico 2030, o que fez com base nas linhas orientadoras do documento anexo (ANEXO II).

Concluída a apresentação do documento, o Presidente do Conselho passou a palavra aos conselheiros a fim de se pronunciarem.

#### Pedro Sequeira

- Começou por congratular o Presidente e a equipa que construiu o Plano Estratégico. Considerou de enorme importância este documento orientador para a instituição pois facilitará às diferentes Unidades Orgânicas perceberem o caminho que se pretende percorrer em diferentes áreas.

Realçou, no entanto, duas questões:

- A primeira relativa às datas. O Plano Estratégico define o espaço temporal de 2020-2030, mas a verdade é que se inicia em 2023. Assim, julga que deveria ser corrigido pois não faz sentido definir estratégias em anos anteriores à sua aprovação.
- A segunda reafirmando o que dissera há uns meses atrás, quando a primeira versão do Plano Estratégico foi apresentada, ou seja, que não faz sentido construir Estatutos sem acesso a este documento, pois existe agora um conjunto de estratégias que, para si, teria feito sentido terem sido conhecidas antes da construção dos Estatutos, pois teriam promovido um debate diferente em muitos dos artigos consagrados.

#### Nuno Jorge

- Também deu os parabéns aos envolvidos na elaboração do Plano. Referiu que leu com tempo e que foi com agrado que notou diferenças com a versão anteriormente distribuída, nomeadamente a introdução de índice e ficha técnica. Ainda assim, viu algumas gralhas relativas ao aspeto da forma, que fará chegar à presidência para consideração, e referiu uma lacuna, no seu entender, importante: a falta da caracterização dos recursos

necessários para cumprimento do Plano. Os que foram referidos, sobretudo relativos às Escolas, são poucos. E os recursos dos Serviços Centrais, que advirão, natural e nomeadamente à conta da centralização? Só assim se consegue avaliar se o Plano “tem pernas para andar”. Em princípio votará sim, mas considera que o documento ficaria mais rico com a referência aos recursos. Além das gralhas de formatação, refere também as setas da página 6, desenhadas à mão. Acha que num documento destes não fica bem. E na página 17, no ponto “9. Missão, visão, valores e objetivos estratégicos”, nomeadamente na “Visão”, o da versão 2019/2022 estava mais completo. Esta versão é demasiado ambiciosa, irrealista até.

#### António Vicente

- Partilha de alguns pontos de vista dos conselheiros já intervenientes. O documento está de facto mais completo, ainda que tenha gralhas; refere a que consta da tabela da página 49 e página 50 em que falta a referência da data em que foi aprovado. Questiona também como o vão implementar? De qualquer modo, pensa que deve ser ambicioso sim, mas referir tudo, inclusivamente como concretizar.

#### Maria Regina Ferreira

- Entende que o documento peca por tardio, mas está bem conseguido. Permitiu o envolvimento dos *stakeholders*, o que para si é uma mais-valia. É ambicioso sim, mas entende que tem de ser, até para servir como incentivo. Questionou, no entanto, como será feita a transição para o plano operacional? E a importância dessa monitorização para assegurar o Plano Estratégico?

Neste ponto o Presidente do Instituto pediu para intervir para prestar os esclarecimentos devidos às questões/dúvidas colocadas pelos conselheiros.

- Relativamente ao período a que o Plano contempla, 2020-2030, esclarece que está correto. Relembrou que o documento está a ser preparado desde 2020. A fase seguinte, a da discussão e aprovação para consulta pública, acabou por coincidir com a oportunidade que surgiu, entretanto, para revisão dos Estatutos. Não se podendo perder essa oportunidade, que há muito vinha sendo aflorada, mas nunca conseguida, o Plano teve de ficar em *standby*. No entanto, lembrou que, com estes processos de revisão e estruturação de documentos de base da vida do Instituto, o estamos a mudar, e estas mudanças de fundo têm de ser devidamente discutidas e aprovadas e, portanto, as demoras são aceitáveis.
- Relativamente aos recursos - este documento é estratégico. Logo orienta, mas não operacionaliza. Só podemos falar nos recursos na fase da operacionalização e da concretização. Deu como exemplo a falta de uma equipa para implementar, operacionalizar, monitorizar, que terá de ser constituída nessa fase, que se seguirá.

- 
- Relativamente ao facto de ser ambicioso - o Plano pretende mesmo ser ambicioso, pois é isso que nos move e motiva. Deu como exemplo os Alumnis "de peso" que o Instituto tem e que foram premiados na sessão solene de aniversário do Instituto. Temos de almejar sempre mais, mesmo que pareça um pouco irrealista.
  - As gralhas serão corrigidas, naturalmente, e advêm de se tratar de informação muito diversa.

Dados estes esclarecimentos, o Presidente do Conselho deu novamente a palavra aos conselheiros.

#### Nuno Jorge

- Quanto ao período que o Plano abarca, o que fazia sentido era ser 2023-2030, altura em que vai ser aprovado e vem na linha do tempo e na sequência do último Plano, que era relativo a 2019-2022.
- No que toca aos recursos, referiu que na sua opinião deveriam ter tomado como exemplo o Plano 2015-2018, em que esta parte está muito bem conseguida.

#### Marília Henriques

- Também felicitou os envolvidos, pois com este documento prestam um serviço à instituição. E releva 3 aspetos:
  - Concorda com o conselheiro Pedro Sequeira, quando diz que este documento podia ter facilitado a revisão estatutária.
  - Falta uma caracterização inicial da vida do Instituto para se ter termo de comparação.
  - É um documento orientador e de apoio para a elaboração dos Planos de Atividades das Escolas.

#### Paulo Rosa

- Mostrou satisfação por haver um Plano-guia para os próximos anos. Realçou os seguintes aspetos:
  - É ambicioso, quando se diz que se quer elevar o IP à escala global. Mas percebe que tem de ser assim, para motivar. No entanto, deve ser realista.
  - "A Crença". Há que fazer com que a Comunidade acredite neste Plano, pois só assim colabora na sua concretização. Existe alguma estratégia para dar a conhecer o documento à comunidade? Uma sessão para o apresentar? É certo que está acessível a todos na página web do Instituto, mas acha insuficiente.
  - Como se fará a operacionalização? Tem de haver alinhamento com os Planos de Atividades das Escolas. E relativamente aos quadros com início na página 22, "Linhas de ação e indicadores chave", devemos estar preocupados com as limitações orçamentais para aumento da oferta formativa?

---

Leonor Teixeira

- Saudou o esforço colocado na elaboração do documento. Consegue-se perceber que foi participado.
- Os comentários que lhe merece incluem alguns aspetos já referidos, mas também outros:
  - É necessária uma revisão, nomeadamente da análise swot; verificar as ameaças e oportunidades.
  - A dimensão empírica é importante para sustentar o que se apresenta, nomeadamente no enquadramento, sobre como se chega à leitura de perspetivas atuais ou futuras, sobre áreas de oportunidade, etc.
- Defende que uma perspetiva de desenvolvimento estratégico, que queira integrar mudanças, deve ser sistémica, o que é diferente de centralizadora. E nesse sentido, nota-se a ausência clara de uma visão que identifique aquilo que são os domínios de formação e desenvolvimento do Instituto (com as suas escolas): desporto, agricultura e produção animal, saúde, educação e gestão.
- Assumindo a vocação politécnica, deveriam estar mais claramente o contributo dos estágios curriculares, que deveriam constituir indicador para diferentes dimensões do desenvolvimento do Instituto.
- Questiona qual é o papel dos Diretores e dos respetivos Planos de Atividade na elaboração deste plano estratégico.
- Considera pouco clara a referência à transversalidade de serviços, e a necessidade de clarificar e valorizar o papel dos serviços que se devem manter e melhorar nas próprias UO.

Teresa Coelho

- Ainda é difícil discutirem-se documentos globais, por isso saúda o documento. Concorde que é ambicioso.
- Relativamente aos aspetos mencionados pelo conselheiro Paulo Rosa, considera-os desafios. E sim, concorda que a comunidade tem de ter conhecimento para ir acompanhando a vida da instituição. No seu entender a área da comunicação tem de ser bem trabalhada.
- Este Plano não é um instrumento teórico, mas ativo e de orientação.

Hélder Pereira

- Agradeceu o convite para estar presente na reunião.
- Participou ativamente na elaboração do documento.
- Sim, o Plano é ambicioso e otimista. Só assim é motivador e combate o negativismo. E na sua opinião é preferível pecar por excesso que por defeito. Deu o exemplo dos doutoramentos nos politécnicos que já eram abordados antes de se aprovarem.

- 
- Relativamente à falta de indicação dos recursos, entende que num plano estratégico não deverão constar: aqui diz-se onde estamos e para onde queremos ir; traçam-se apenas metas. É um ponto de partida para o trabalho a desenvolver.
  - Concorda com a opinião do conselheiro Paulo Rosa quanto à necessidade de apresentar o documento à Comunidade. A estratégia usada na sua elaboração foi de bottom/up, agora, na apresentação e disseminação, fará sentido que a estratégia seja de up/bottom.

Depois destas intervenções, o Presidente do Instituto pediu novamente para intervir para responder às questões/dúvidas colocadas por estes conselheiros.

- Relativamente à questão sobre o timing de discussão destes grandes documentos, Plano e Estatutos, o Presidente do Instituto referiu que os timings foram os possíveis e que o Plano está alinhado com os novos Estatutos. Deu como exemplo a questão da interdisciplinaridade.
- Quanto à questão da comunicação, referida no âmbito da divulgação do documento pela Comunidade, referiu que é uma questão crítica e que está prevista como urgente. Se fazer o documento foi um desafio, maior desafio será fazer com que a comunidade o interiorize. Será aqui que entrarão as equipas de apoio à operacionalização. Há que ir às escolas apresentar e explicar o documento.
- No que toca aos recursos, estes constavam em versões anteriores e acabaram por ficar desatualizados. Prefere que estes sejam referidos nos Planos de Atividades das Escolas, onde se fará também a operacionalização, mas não ir muito ao pormenor dado ser um documento orientador. Referiu o exemplo da avaliação institucional, que se centra muito na missão e na estratégia. Reforça que o documento não é perfeito, mas é um documento de partida e é dinâmico; será atualizado a cada 2 anos.
- Quanto à dimensão politécnica, defendeu que sim, que está vertida no documento, na referência que se faz de ligação às empresas, aos estágios curriculares e extracurriculares, às mentorias, aos Alumni.
- Sobre o financiamento, que depende de fatores de base que vão mudando, este não é conhecido com antecedência. Atualmente reporta-se ao financiamento do ano anterior e nesta base convém ter alguma contenção para a intenção de crescer não ser maior do que o financiamento pode abarcar.
- No que se refere às metas e aos objetivos, não é tarefa fácil, dado que alguns indicadores de gestão são de difícil definição.

Dados estes esclarecimentos, o Presidente do Conselho deu a palavra aos conselheiros que ainda não tinham intervindo.

---

### Cristina Novo

- Replica os elogios ao documento e ao trabalho desenvolvido. Pode não ser o documento perfeito, mas é um documento estratégico e um documento de trabalho. Sendo uma planificação é passível de se ir ajustando. Deu como exemplo a possibilidade de os Politécnicos ministrarem doutoramentos, que antes não estava aprovada e agora está.
- Não percebe porque dizem que é tardio... corrobora o que disse o Presidente: fala-se deste documento desde 2021, que estava previsto estar concluído e aprovado em 2022. E depois teve de optar-se por esmiuçar ou este Plano ou os Estatutos. Pensa que a demora também adveio da consulta alargada que se fez e com a qual concorda. Nunca se tinha feito um documento destes, com esta abrangência.
- Deve ser divulgado sim, e cativar a Comunidade para a sua “adoção”, até para criar a identidade IP.
- Este documento teve de avançar, pois há outros – Planos de Atividades das Escolas – que devem ter este como base.
- Concorda com a necessidade de uma equipa de monitorização, para aferir se se caminha no bom sentido.
- Ficou agradada com a indicação dos documentos de referência, coisa que nunca viu noutros Planos.
- Referiu a necessidade de atrair massa crítica jovem, já que tendemos para uma população envelhecida (referência à página 11).
- Congratulou-se por sermos uma instituição inclusiva certificada. A este propósito passou a ideia de que era muito proveitoso para o Instituto continuarmos a ministrar o curso em Literacia Digital, no qual esteve muito envolvida, e não ficarmos apenas pela edição piloto. Distinguiu-nos nacional e internacionalmente. Se falta legislação, pressione-se a tutela.
- Vertente politécnica: durante muito tempo não assumimos... queríamos igualar-nos às universidades. Agora que conseguimos poder ministrar doutoramentos, é preciso cuidado para não perdermos de vista a dimensão profissionalizante.
- No seu entender, é nas pós-graduações, microcredenciais e formação ao longo da vida onde nos devemos demarcar, capacitando os docentes para práticas profissionalizantes.

### Céu Martins

- Também concordou que o Plano é ambicioso, mas também pensa que é assim que deve ser: devemos almejar sempre mais e já vamos fazendo a diferença na internacionalização, área a que está ligada, tendo, portanto, indicações nesse sentido.
- Quanto à questão da divulgação pela Comunidade, considera-a fundamental e refere que sim, que as pessoas se interessam, ao contrário do que se possa pensar. Deu o exemplo dos envolvidos nos programas Erasmus, que vão perguntando pelo ponto de situação.

- Referiu que consegue ver plasmados no Plano, os desafios futuros que se colocam ao Ensino Superior, referidos pelo Presidente da A3ES, na sessão solene de aniversário do Instituto: a flexibilização do ensino politécnico e dos doutoramentos; o reconhecimento de percursos de vida; a qualificação ao longo da vida (internos e externos – Alumni).
- Relativamente ao curso de Literacia, referiu que não entende porque não se avançou com outra edição, já que, como todos sabem, o Instituto dispõe de pessoas com perfil para lecionar nesse curso.

O conselheiro Nuno Russo ausentou-se por esta altura, cerca das 19.55h.

Já se tendo pronunciado todos os conselheiros, e ainda antes do Presidente do Instituto esclarecer as questões levantadas, o conselheiro Paulo Rosa, reportando-se aos esclarecimentos que o Presidente dera anteriormente, aproveitou para referir que, aquando da sua intervenção não quis dizer que o Presidente do Instituto conhecesse, de antemão, os modos de financiamento. Congratulou-se também pelo facto de, neste Plano, se apostar muito na investigação, que é um dos pontos fracos do Instituto, e sugeriu que a abertura dos concursos para docentes fosse coerente com os objetivos de I&D. Concluiu colocando-se à disposição da Presidência para o que fosse necessário.

A conselheira Leonor Teixeira também aproveitou para voltar a falar na questão/vertente profissionalizante dos estágios, referindo que o IP cumpria, mas com algumas dificuldades. Era, portanto, uma questão pertinente a considerar, já que muitos definem a vertente politécnica. Referiu ainda a questão do cumprimento das metas: se a ideia era mesmo centralizar a 100%, pois no seu entender a operacionalização era feita nas Escolas e para isso são necessárias as pessoas nas Escolas.

Neste ponto, o Presidente do Instituto respondeu ainda às duas últimas intervenções.

- Referiu que a inclusão é um valor transversal a todo o Instituto, ao qual se dá todo o relevo e por isso também temos sido reconhecidos. Enalteceu o papel dos SAS. Neste ponto, a Vice-presidente referiu o recebimento, pelo Instituto, da Marca Empregadora Inclusiva.
- No que se refere ao cariz politécnico, referiu que os doutoramentos não farão o Instituto perder esse cariz, já que aqueles serão feitos nesse âmbito. Ao contrário, são as universidades que estão a apoderar-se dos nossos recursos, pois estão a investir em bolsas para doutoramentos no âmbito empresarial.

- 
- Voltou a reforçar que centralizar não significa tirar as pessoas das Escolas. A centralização pretendida é ao nível da organização: a coordenação nos SC e a operacionalização nas Escolas.
  - Posto isto, o que agora tem de se fazer é divulgar o Plano.

Findos estes esclarecimentos, o Presidente do Conselho tomou a palavra para se pronunciar também, enquanto conselheiro. Congratulou-se com o debate interessante e ambicioso que houve do Plano. Pensa que por vezes é com ambição que as coisas se alcançam: acreditando, lutando e conseguindo. Congratulou-se também com o documento elaborado, que ainda que não seja perfeito é um começo para o aperfeiçoamento. E lembra que o ótimo costuma ser inimigo do bom.

Agradeceu depois a presença dos convidados, os Vice-presidentes e a Pró-presidente.

Finalmente, colocou o documento à votação. Este foi aprovado por unanimidade dos presentes na reunião, 11 votos, com referência à listagem do início desta ata, à exceção do conselheiro Nuno Russo que já se tinha ausentado, assim como da conselheira Teresa Coelho, que saiu por volta das 20h.

O Presidente do Instituto reconheceu o excepcional papel desempenhado pela Pró-presidente Teresa Serrano, que, ainda que esteja de saída para aposentação, se mostrou disponível para colaborar. Propôs, assim, um voto de reconhecimento, que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes na reunião, com referência à listagem do início desta ata, à exceção do conselheiro Nuno Russo que já se tinha ausentado, assim como da conselheira Teresa Coelho, que saiu por volta das 20h.

O Presidente do Conselho, não quis deixar de referir que, sendo a primeira vez que desempenhava as funções de presidente de um conselho geral, congratulava-se com a qualidade das pessoas/conselheiros e a forma como expressam as suas opiniões, sempre com uma postura construtiva, o que nem sempre tem verificado noutros locais e em reuniões similares onde tem estado. E agradeceu a todos.

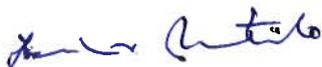
#### **4. Outros assuntos**

Não houve quaisquer outros assuntos apresentados.

Dada a hora de *terminus* da reunião, definiu-se a hora e o dia da próxima reunião (17h do dia 26 de junho, reunião esta prevista no plano anual das reuniões do Conselho).

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Geral, Hermínio Martinho, deu por encerrada a reunião pelas 20h05, da qual se aprovou a ata em minuta e se lavrou a presente Ata que, vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pela secretária, Regina Ferreira

O Presidente do Conselho



---

Hermínio Martinho

A Secretária do Conselho



---

Maria Regina Ferreira